



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

PARECER PRÉVIO Nº 54/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE nº 10968/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Urucará.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Sr. Felipe Antônio, Prefeito do Município de Urucará e Ordenador de Despesas, à época.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI – Relatório Conclusivo nº 50/2016 (fls. 8183/8242).
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3195/2016-MPC-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls. 8243/8254).
- 8- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Urucará. Exercício de 2014.

*Emissão de Parecer Prévio pela desaprovação das Contas.*

**9- PARECER PRÉVIO:**

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º, e 2º, da Constituição Federal, c/c o art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM e artigo 3º (I, II ou III) da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**EMITE PARECER PRÉVIO**, recomendando a **DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS** do Prefeito Municipal de Urucará, exercício financeiro de 2014, de responsabilidade do **Sr. Felipe Antonio**, nos termos do art. 31, parágrafos 1º e 2º da CF/88, c/c o art. 127 da CE/89, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91 e art. 1º, inciso I e art. 29 da Lei nº 2423/96;

- 10- **Ata:** 37ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 11- **Data da Sessão:** 18 de Outubro de 2016.
- 12- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho e Mario Manoel Coelho de Mello.



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

**PARECER PRÉVIO Nº 54/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO**

**13- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente, em substituição

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**

Conselheiro-Relator

**JULIO CABRAL**

Conselheiro

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**

Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**

Conselheiro

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**

Procurador-Geral.



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

**ACÓRDÃO Nº 54/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 54/2016-TCE-Tribunal Pleno)**

**1-Processo TCE nº 10968/2015.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Urucará.

**4- Exercício:** 2014.

**5- Responsável:** Sr. Felipe Antônio, Prefeito do Município de Urucará e Ordenador de Despesas, à época.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI – Relatório Conclusivo nº 50/2016 (fls. 8183/8242).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3195/2016-MPC-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls. 8243/8254).

**8- Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Urucará. Exercício de 2014.

*Contas Irregulares. Alcance. Multa. Prazo.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas no art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**9.1- Julgar Irregular** a Prestação de Contas Anuais da Prefeitura de Urucará, exercício de 2014, de responsabilidade do Gestor, ordenador de despesa, Sr. **Felipe Antônio**, nos termos dos arts. 22, III, alíneas “b” e “c” e art. 25, da LO/TCE, c/c 188, §1º, III, “b” e “c” do R/TCE considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução;

**9.2- Considerar em alcance** o Gestor Responsável, ordenador de despesa, Sr. **Felipe Antônio**, no montante de **R\$ 44.200,18** (quarenta e quatro mil e duzentos reais e dezoito centavos), com devolução aos cofres públicos do Município de Urucará, corrigido monetariamente, tendo em vista a prática de ato antieconômico e lesivo aos cofres públicos, identificada no subitem restritivo 7.1-DICOP, com fulcro no art. 25 da LO/TCE c/c art. 190, inciso I e art. 304 do R/TCE;

**9.3- Aplicar multa ao responsável** no valor de:

**9.3.1- R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**, nos termos do art. 53, da Lei n. 2.423/96 c/c art. 307, da Resolução TCE n. 4/2002, pelo dano causado ao erário conforme restrição 07, subitem 7.1, apontado pela DICOP;

**9.3.2- R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)**, nos termos do art. 54, II, da LO/TCE c/c o art. 308, VI, da R/TCE, por ato praticado com grave infração à norma legal ou



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

**ACÓRDÃO Nº 54/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 54/2016-TCE-Tribunal Pleno)**

regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, conforme itens 2, 11, 12, 16/20 e 20/28 do Relatório Conclusivo nº 50/2016-DICAMI e subitens 1.1, 1.2, 1.8, 2.1, 2.2, 2.7, 2.8, 3.1, 3.2, 3.8, 5.1, 5.3, 6.1, 6.2, 6.3 e 6.7 do Relatório Conclusivo nº 129/2015-DICOP, transcritos neste Voto;

**9.4- Fixar prazo de 30 (trinta) dias** para o recolhimento aos cofres da Fazenda Estadual das MULTAS discriminadas no item 4 deste voto, com a devida comprovação perante a este Tribunal, nos termos dos arts. 72, III, “a”, da LO/TCE. Expirado prazo estabelecido, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), autorizando desde já a inscrição da penalidade na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não-recolhimento do valor da condenação, ex vi do art. 173, do R/TCE;

**9.5- Impor à origem** a adoção das Determinações e Recomendações indicadas pelos Órgãos Técnicos no Relatório Conclusivo nº 50/2016- DICAMI (fls. 8.183/8.242), e no Relatório Conclusivo nº 129/2015-DICOP (fls. 8.068/8.128).

**10- Ata:** 37ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 18 de Outubro de 2016.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho e Mario Manoel Coelho de Mello.

**13- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente, em substituição

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**

Conselheiro-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**

Procurador-Geral